

## **1º Plenária das Mulheres do SINTIFRJ debate desigualdades de gênero no nas relações de trabalho e assédio no ambiente de trabalho**

No dia 15 de julho, ocorreu a Primeira Plenária das Mulheres do SINTIFRJ, um primeiro e importante passo no sentido de ampliar os espaços de debates de questões que afetam as vidas das mulheres estudantes e trabalhadoras do IFRJ. Diante da proximidade do 3º Encontro Nacional de Mulheres do SINASEFE (que acontecerá em agosto deste ano) a Plenária também teve como objetivo organizar e levar as questões ali tratadas para o Encontro Nacional, buscando ampliar a presença de nossa seção sindical no debate nacional de nossa categoria.

Nossa Plenária aconteceu de maneira presencial no auditório do SINDSPREV (Rua Joaquim Silva, 98 – Lapa, Rio de Janeiro) e contou com duas mesas de debate e uma oficina. Participaram das atividades 50 mulheres, entre as quais estudantes do IFRJ, servidoras técnicas administrativas e docentes, garantindo a representatividade de 12 do total dos 17 *campi* do IFRJ. Estiveram presentes também convidadas representantes de organizações, de outras instituições de ensino e coletivos de mulheres, como: a FENET (Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico), a UEE-RJ (União Estadual dos Estudantes – seção Rio de Janeiro), o IBC (Instituto Benjamin Constant), o Movimento de Mulheres Olga Benário do Rio de Janeiro e o Coletivo Mães Criaturas Invisíveis (coletivo de mulheres e projeto de extensão do IFRJ).

Homenageando a artista Elza Soares (1930-2022) por sua inspiradora e potente luta contra os preconceitos de raça, gênero, sexualidade e classe; os materiais distribuídos às participantes da Plenária (ecobag, caderninho, lápis, caneta), assim como nossa camiseta estampam a imagem da cantora e uma frase de sua autoria: “Almejo tudo!”

Os debates começaram às 10h da manhã. A primeira mesa da Plenária abordou o tema “Mulheres e Trabalhos” e contou com a presença da diretora geral do *campus* São Gonçalo do IFRJ, Gleyce Figueiredo.

Em sua fala, Gleyce Figueiredo abordou a representatividade da mulher no mercado de trabalho atual e destacou como o sistema patriarcal, segundo o qual o desenvolvimento das forças produtivas é historicamente associado à figura masculina, gera um conjunto de violências visíveis e ‘invisíveis’ contra as mulheres no ambiente laboral e de estudos.

## **“Mulheres e Trabalhos” - as dificuldades que as mulheres enfrentam no dia a dia**

Gleyce Figueiredo iniciou sua fala lembrando que assim que ingressou no IFRJ (2008) filiou-se ao sindicato e percebeu a necessidade de garantir maior representatividade das mulheres nos espaços sindicais e institucionais. Nas universidades privadas ou públicas e, sobretudo em nossos Institutos Federais, observou a rara presença de mulheres como lideranças ou gestoras, desempenhando as mesmas atividades menos decisivas, de modo geral. Ela apontou ainda que, diferentemente das escolas municipais e estaduais, onde há mais diretoras mulheres, nas universidades e Institutos Federais ainda não há um grande número delas em cargos de chefia, apesar de haver muitas mulheres na docência. No IFRJ, são poucas as mulheres à frente de direções dos *campi*.

Gleyce fez um resgate histórico da divisão sexual do trabalho e de como o sistema capitalista se apropriou do trabalho do cuidado, do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres (o cuidado com os filhos e com a casa). Enquanto o trabalho do cuidado ficou circunscrito ao espaço doméstico, sendo considerado um trabalho que não produzia valor e que, portanto, não deveria ser remunerado; aos homens coube a realização do trabalho considerado produtivo, este, sim, associado à produção de riqueza, tendo consolidado o patriarcado como um dos fundamentos do capitalismo.

A palestrante também enfatizou que não há uma situação da vida das mulheres em que elas deixem de trabalhar, já que o que se faz em casa também é trabalho. O preconceito de gênero, enraizado na sociedade brasileira, que faz com que as mulheres sejam frequentemente classificadas como cuidadoras de crianças e de idosos, fazendo com que esse trabalho de cuidado seja invisível e socialmente desvalorizado

A partir de seu ponto de vista de mulher e diretora-geral de um *campus*, Gleyce observou que as políticas públicas e institucionais não dão conta das necessidades que as mulheres têm para estar de forma plena e confortável no ambiente de trabalho. “Como eu vou estar no espaço de trabalho se eu não tenho onde deixar o meu filho? Por que a preocupação é só da mulher e não da sociedade?” – questionou a professora, citando ainda as várias preocupações que a mulher tem quando em dupla ou tripla jornada.

A professora lembrou que criar filhos não é uma tarefa apenas privada, mas também pública, pois os filhos serão os futuros cidadãos. Assim, como afirmou ela, o trabalho reprodutivo deveria ser encarado também como um trabalho social e de suma importância para a sociedade.

No debate após a palestra, temas importantes como o aumento da carga horária que dificulta a vida das mulheres que têm dupla ou tripla jornada e a ausência, nos IFs, de políticas específicas para mulheres que não as excluam dos espaços de trabalho ou estudo

foram questões levantadas. A falta de creches institucionais força as estudantes mães e grávidas a se distanciarem dos estudos, e há uma certa indicação velada para que essas estudantes tranquem a matrícula em vez de haver soluções para cursar à distância quando em licença maternidade. A falta de clareza na interpretação de regulamentos e documentos (em especial no caso dos NUGEDS – Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual) que orientem em casos de possíveis denúncias também esteve na fala das participantes que fizeram perguntas à palestrante.

A escassez de assistência estudantil eficiente e inclusiva para as mulheres é flagrante no IFRJ. No campus Pinheiral, por exemplo, há alojamento masculino, mas não um feminino, como relatou uma estudante no momento das perguntas. Os impactos do governo Bolsonaro, que desde sempre prejudica as mulheres com a ausência de políticas públicas voltadas a pautas femininas, inúmeros ataques a mulheres, e que incentiva o comportamento de assédio, discriminação e misoginia, também foram lembrados como dificuldades enfrentadas por elas atualmente.

Muitas participantes identificaram violências de gênero em situações constrangedoras vivenciadas pelas trabalhadoras e alunas dentro dos IFs, de assédio moral a sexual passando por humilhações diversas, muitas vezes minimizadas. “A violência também acontece na omissão”, comentou a palestrante, lembrando que as mulheres muitas vezes são silenciadas pela própria instituição, como, por exemplo, em casos de assédio, quando nada é dito, nada é providenciado para solucionar o problema ou acolher a vítima.

Diante de um caso relatado de abuso de poder e assédio sofrido por uma professora, situação em que ela teve a fala desqualificada em seu espaço de trabalho desrespeitado por um diretor (que imperativamente exigiu que ela interrompesse a aula para questionar um fato), a palestrante questionou: “por que homens se sentem autorizados, na nossa sociedade, a serem violentos com as mulheres?” Gleyce considerou ainda que há muito mais condescendência com erros praticados por homens nos espaços de poder do que por mulheres, que costumam ter seus discursos invalidados.

Sobre isso, a professora reforçou a importância da união com outras mulheres no sentido de debater, buscar soluções e mobilização visando expandir direitos e sobretudo viabilizar políticas públicas que reconheçam que o trabalho da reprodução social não é de responsabilidade individual e feminina. Por haver uma tendência social machista de se acreditar no homem, os círculos de solidariedade são essenciais para evitar as violências, como avaliou a professora Gleyce - quem sofre assédio precisa dessa rede de apoio, pois a violência muitas vezes tem efeito paralisante. Sobre denúncias de assédio, foi avaliado que é preciso avançar nessa discussão e estar atento ao que incomoda as mulheres, assim como trazer o debate sobre a Lei Maria da Penha para dentro do instituto.

## **Oficina “Mulheres, Cuidado e Democracia”, um espaço de acolhimento e trocas**

Na parte da tarde, após o almoço, a professora de psicologia do IFRJ, Etiane Araldi, coordenou a oficina “Mulheres, Cuidado e Democracia”. O objetivo foi criar uma metodologia por meio da qual as mulheres pudessem refletir e externar as motivações que as levaram à plenária e a se reunirem com outras companheiras.

As participantes se sentaram em roda e foram convidadas a responder à pergunta “o que estamos buscando nesse encontro?”, lançada pela psicóloga. Então, cada uma recebeu uma folha de papel sulfite e ali procurou responder à pergunta, colocando no papel suas questões e motivações. Etiane fez uma contextualização sobre o lugar da mulher na família, na sociedade, e propôs uma conversa sobre a experiência do cuidado. Falou como a mulher sempre é enquadrada na função do cuidado dentro dos espaços sociais.

Depois dessa dinâmica, Etiane propôs a formação de pequenos grupos em que as participantes conversassem e compartilhassem suas experiências de cuidado. A grande maioria dos relatos compartilhados era de experiências em que as participantes promoviam o cuidado, em vez de recebê-lo.

Houve ainda relatos de participantes que sofreram assédio sexual dentro do IF por parte de colegas. Etiane considerou que o cuidado é um direito e que todos merecem ser cuidados, inclusive as mulheres. Também disse que é necessário formular estratégias de resistência e garantir esse cuidado.

Encerrando a oficina, as participantes se reuniram em grupo para discutir estratégias de resistência aos problemas enfrentados dentro dos IFs e locais de trabalho. Algumas das propostas resultantes das conversas foram o mapeamento das demandas femininas nos *campi*, procurar conversar com outras mulheres do mesmo espaço de trabalho e sala de aula, acolher e criar estratégias para ajudá-las, além de denunciar assédios. Também foi considerada a necessidade de criação de espaço para as crianças dentro dos IFs e de aceitação dos pequenos naquele ambiente, pois as mães têm direito ao estudo e seus filhos devem ter direito ao cuidado. A esse respeito, foi mencionada a destinação orçamentária (através de emenda parlamentar) para a instalação de fraldários nos *campi* do IFRJ. Algumas servidoras afirmaram ter conhecimento de que a verba já foi repassada, mas, no entanto, a gestão do IFRJ não tomou nenhuma iniciativa no sentido de efetivar o projeto.

Outra questão levantada no fim da oficina foi que neste ano as férias docentes do IFRJ serão em agosto, mas as crianças tiram férias em julho. Foi destacado como em nenhum momento esse problema foi considerado pela gestão. Com essa situação, durante as férias dos filhos, as mães estavam trabalhando e, agora, em seu período de descanso,

estarão atreladas aos cuidados com os filhos, como levar e buscar na escola, sendo, portanto, impedidas de gozar plenamente o direito trabalhista às férias.

As questões debatidas na oficina, assim como as discutidas durante as mesas da manhã e da tarde, serão organizadas sob a forma de encaminhamentos e vão compor o documento-síntese da Plenária com as propostas e meios para que possam ser colocadas em prática.

### **Assédio no ambiente de trabalho - um fantasma que assombra toda mulher**

Após a Oficina “Mulheres, Cuidado e Democracia, aconteceu a segunda mesa da plenária, com Terezinha Souza, psicóloga e professora da Faculdade de Ciências Sociais da UNIRIO, e Roberta Cassiano, professora de Filosofia do IFRJ, abordou o “Assédio no Ambiente de Trabalho”. As participantes destrincharam as mecânicas do assédio e analisaram como os espaços hierárquicos ocupados por homens potencializam assédios sofridos pelas mulheres.

Terezinha Souza foi a primeira a falar e deu uma explicação profunda sobre como o assédio é construído. Ela classificou o assédio como um comportamento que sempre envolve poder e hierarquia, deixando o assediado sem saída. Segundo ela, assediar significa perseguir alguém; tanto o assédio moral como o sexual, transformam a vida da pessoa num inferno.

A professora fez um paralelo entre o assédio e a dinâmica do patriarcado, em que, em geral, homens são considerados sempre certos e mulheres erradas, e refletiu sobre como elas são vistas como coisas a serem possuídas. Ela enfatizou que se há o reconhecimento de que não há lugar seguro para as mulheres na sociedade, isso nos obriga a transformar o mundo, daí a importância das lutas feministas.

“O assédio sexual se transforma sempre e necessariamente em assédio moral”, lembrou Terezinha, por causa justamente dessa dinâmica. A psicóloga lembrou que em caso de assédio sexual, mesmo que a mulher diga sim ao assediador, esse “sim” pode ser questionado, pois a mulher pode aceitar por medo, pressão ou necessidade de sobrevivência.

Contextualizando com a atualidade, ela deu o exemplo do recente escândalo na Caixa Econômica Federal, onde o então presidente da instituição, Pedro Guimarães, assediava constantemente as funcionárias. O assédio na forma de “brincadeiras” inoportunas e intimidades não consentidas era uma prática e uma forma de gerenciamento do poder pela intimidação, uma vez que as funcionárias sentiam medo e constrangimento.

Terezinha destacou que isso infelizmente acontece também nas instituições de ensino. A respeito do assédio nesses espaços, ela afirmou que “quem erra no diagnóstico, erra no combate”. Para a professora, se as instituições não reconhecerem a existência das violências de gênero, o combate não será possível e considerou que essa postura precisa mudar.

A palestrante explicou que o assédio moral é um dos instrumentos da manutenção das estruturas de poder, é uma forma de controle através do medo. “O assédio é uma forma de gestão que não deriva de questões psíquicas e que tem como objetivo se livrar de trabalhadoras e trabalhadores que se tornam um obstáculo aos planos de poder” - afirmou a professora.

Ela considerou que, muitas vezes, a pessoa que só quer fazer bem o seu trabalho se torna forte candidata a sofrer assédio. A professora ressaltou que as pessoas não são assediadas por seus defeitos e sim por suas qualidades: “o assediador que tem o poder se utiliza das suas características pessoais e as transforma em defeito. Por isso que é tão eficiente, porque eu sou xingada daquilo que eu sou”.

Terezinha explicou que o assédio laboral é praticado de forma a parecer que a pessoa não está realizando bem o seu trabalho, mas que na verdade a dinâmica é oposta: o trabalho acaba ficando ruim porque a pessoa está sendo assediada. “Quanto mais você olha pra si mesmo tentando melhorar porque você acha que é essa ou aquela falha que você tem que causou isso, mais o assédio aumenta, porque o trabalho melhora, e isso é tudo o que não interessa ao outro” - relatou a professora.

O assédio, em geral, é feito de modo que ninguém perceba. E aí está o seu caráter adoecedor: isolada, a vítima acaba não tendo como se defender e se livrar da dinâmica do assédio. “Esse sujeito, adoecido, olha pra si mesmo já se sentindo um zero porque está doente e é tratado assim. Ele se deprime, sai, se mata, e o chefe continua lá. Esse sujeito não entende por que ele está sendo tratado assim, porque era um excelente funcionário antes de adoecer. Ele se sente punido por adoecer” - esclareceu a psicóloga.

Terezinha enfatizou que o assédio no trabalho é eficaz para controlar, silenciar, pois outros trabalhadores acabam tendo o receio de também sofrer assédio. “O objetivo do assédio moral é calar a boca dos trabalhadores para que não reivindicuem. É um meio, não é uma finalidade. Não é para você sofrer, se a gente sofre ou não, eles não estão nem aí. É um meio que eles utilizam para que a gente não faça isso que vocês estão fazendo agora: se reunir para lutar por direitos” - concluiu a psicóloga e professora, referindo-se a Primeira Plenária de Mulheres do SINTIFRJ.

"Quando a gente fala sobre assédio no ambiente de trabalho, a gente não está falando de assediadores que pontualmente são movidos por algum desajuste, ou por uma espécie de crueldade ou desvio moral, mas a gente está falando de uma tecnologia de poder. De uma forma de gestão, como a Terezinha colocou muito bem" - afirmou a professora de filosofia do campus Nilópolis do IFRJ, Roberta Cassiano, concordando com a colega de profissão no debate que se seguiu na segunda mesa da plenária.

Atuante em movimentos de mulheres LGBT, Roberta Cassiano, começou sua explanação contextualizando os ataques que pessoas que se identificam com o gênero feminino sofrem cotidianamente devido a uma cultura patriarcal que, segundo ela, "odeia as mulheres e as oprime".

Ela enfatizou que esse *modus operandi* social da opressão ao gênero feminino foi construído historicamente, e que a construção discursiva repressora ao feminino procura legitimar, justificar um exercício de poder estabelecido. Como exemplo, ela citou que a mulher militante é sempre chamada de louca, uma construção que visa deslegitimar seu discurso e criar um ambiente que justifique injustiças.

Segundo Roberta, a cultura machista que deslegitima o feminino faz com que, muitas vezes, as mulheres para serem reconhecidas em seus trabalhos, acabem tomando atitudes mais masculinas ou de opressão, que são tradicionalmente associadas a homens. "Ou eu me calo ou eu me torno como o homem" - considerou Roberta, frisando que o gênero deve ser encarado como um marcador social de diferença. Ela destacou o quanto o fato de ser mulher é marcado por uma série de restrições, experiências e violências que os homens não vivenciam.

Roberta Cassiano apontou, em sua palestra, que a cultura machista opera para colocar a culpa da exclusão, da discriminação nas próprias mulheres, em características falsamente atribuídas ao feminino: "você, como mulher, está numa situação, por exemplo, de desigualdade salarial, que é uma realidade de muitas. No serviço público a gente não experimenta isso, mas as companheiras que trabalham no setor privado vivem isso cotidianamente. Mas isso, de alguma forma, se justifica: você não é tão competente, você não é tão racional, você não é tão plenamente desenvolvida, dentro de vários aspectos, então é uma culpa sua. Então, é sempre esse mecanismo de reforço de uma certa subalternidade". Fato que ocorre muito também em relação ao assédio, em especial o sexual, em que, por diversas vezes, a mulher é considerada culpada, como se tivesse feito algo que pudesse ter causado o assédio. O medo de ser julgada leva, muitas vezes, ao silêncio.

Sobre o medo de falar sobre o assédio, segundo Roberta, "o silêncio é também uma forma de proteção", para que a pessoa não se exponha, e, sobre isso, ela fez um paralelo

com a realidade de muitas pessoas LGBTQIA+. Muitas não assumem a sua sexualidade publicamente por segurança: “o armário é um lugar de sobrevivência” - ela disse.

A professora de filosofia lembrou que mesmo dentro do serviço público e dos sindicatos ainda é usual o abuso do poder para conseguir objetivos. Ela considera que o assédio no serviço público pode ser pior por ser mais duradouro, porque na iniciativa privada, se há um escândalo que envolva assédio, a demissão é mais fácil de ocorrer. Roberta reforçou a necessidade de valorizar as diferenças e criar políticas públicas de acolhimento dentro dos IFs.

A professora enfatizou o papel das trabalhadoras dos IFs em mudar a realidade das mulheres: "somos mulheres trabalhadoras da Educação. Temos o nosso compromisso com uma instituição pública federal de ensino e isso acrescenta outras camadas nesse debate: nós estamos inseridas num espaço acadêmico, escolar, que tem um papel fundamental não só na manutenção dessas estruturas, discursivas e materiais de exercício do poder, mas que também produzem esses discursos e essas relações".

"Temos que elevar a alegria e organizar o ódio" - disse Roberta ao fim da palestra, no sentido de fortalecer a luta feminista por direitos das mulheres.

A fala final foi uma emocionada leitura feita pela Diretora de Ensino do *campus* São João de Meriti, Luana Luna, do manifesto “Estuprar é matar em vida”. Redigido pelo Fórum Regional dos Direitos da Mulher da Baixada Fluminense, o texto manifestou repúdio ao estupro de uma mulher pelo anestesista durante uma cesariana, em pleno Hospital da Mulher de São João de Meriti.

A 1ª Plenária das Mulheres do SINTIFRJ foi um espaço importante para as mulheres dos IFs erguerem suas vozes e se reorganizar em suas lutas diárias. Como Roberta Cassiano enfatizou em um momento de sua palestra, a luta é feminista, mas pode ser abraçada por todos, homens e mulheres, cis e trans, binários ou não binários, pois a luta contra o machismo e o patriarcado é uma luta por igualdade e verdadeiro humanismo.

Que tenha sido a primeira de muitas plenárias de mulheres, até que sejamos todas, todos e todes iguais.

Saudações sindicais!

Diretoria Executiva – SINTIFRJ / Biênio 2021 - 2023